

Editorial

A Educação e suas Várias Funções

A função da educação que melhor define sua essência é a social, de vez que marca, verdadeiramente, sua dimensão histórica.

Através do estudo da evolução das sociedades, observa-se o efeito decisivo da Educação como elemento de preservação dos valores. Ela desempenha uma função estabilizadora e, conseguindo ser instrumento de inclusão e equilíbrio social, consegue ser, também, elemento agregador.

Nos tempos em que vivemos, em que a sociedade sofre o impacto das transformações ocasionadas pelos avanços tecnológicos, pela urbanização acelerada, pela globalização da economia, é a educação que assegura o equilíbrio dinâmico que garante a estabilidade, sem perigo de estagnação.

A nova ordem social e econômica influi, decisivamente, sobre as concepções e práticas da educação, provocando uma forte expectativa em relação a esse setor, tanto sob a ótica individual quanto da sociedade como um todo. Do lado do indivíduo, cresceu a consciência da importância da educação; do lado da sociedade, firmou-se o conceito da educação como bem indispensável ao desenvolvimento.

É consenso que a educação é, de forma indireta, o grande agente propiciador de mudanças e de estabilização social.

No Brasil, ao longo dos tempos, a função estabilizadora da Educação vem mantendo o equilíbrio social, sobrepujando o ensino transplantado que nos foi legado por três séculos de Colônia e pela influência européia do tempo do Império. Nas últimas quatro décadas do século XX e na primeira que estamos vivendo de um novo século, dois elementos passaram a se evidenciar no contexto educacional brasileiro, resultantes de longo processo de amadurecimento social: o questionamento em relação à validade de sistemas de ensino transplantados e a conscientização do valor da educação como instrumento de inclusão e ascensão social, de qualificação para o trabalho e de preparação para o exercício de uma vida-cidadã.

São constatações altamente significativas para o equilíbrio social e para o desenvolvimento do país. Para responder a elas três caminhos se abrem: tornar a educação adequada à nossa realidade e às expectativas do hoje e do amanhã, e para isso torna-se indispen-

sável garantir a qualidade e a eficiência do ensino e a eficácia da aprendizagem em todos os níveis; universalizar a educação básica, de função homogenizadora, de vital importância para a coesão social, suporte principal do processo de desenvolvimento social e econômico; e definir políticas que garantam um ensino superior de excelência, que seja celeiro para a formação de lideranças intelectuais.

Sem diminuir a importância da educação superior, é de registrar que a educação básica constitui-se no fundamento da escolaridade por ter como uma de suas funções a de garantir as condições para que os alunos construam instrumentos que os capacitem para o processo da educação permanente.

A educação básica é, também, o grande passo para a caminhada da ascensão social, para a igualdade de oportunidades, princípio básico da democracia, para o prosseguimento de estudos em nível superior e para dar suporte à formação de profissionais com as competências e habilidades exigidas pelo mercado de trabalho, que serão aprofundadas e ampliadas pela educação profissional que, para ser eficaz, precisa que os alunos tenham recebido uma sólida educação básica que, além de direito fundamental, é fator de mobilização, encontrando na sua dimensão cultural o espaço adequado para a conquista da liberdade, da criatividade, da cidadania.

Entretanto, ela só cumprirá sua finalidade se for extensiva a todos e se tiver a garantia do selo de qualidade.

Esse entendimento, que é universal, deve estar presente na formulação das políticas públicas para a educação, que têm que ter compromisso com a identificação clara dos objetivos e metas e com as alternativas para atingi-los; com a definição de responsabilidades para sua implementação; com a abertura necessária para a reformulação, com vistas à correção dos desvios observados durante sua implementação, a fim de garantir sua adequação.

O processo de formulação de políticas públicas está intimamente relacionado com a questão das avaliações nacionais, que se devem constituir em procedimento previsto nessas políticas, por serem indispensáveis ao seu acompanhamento, redirecionamento e sucesso.

Carlos Alberto Serpa de Oliveira